

**Dos meandros da
administração aos
bastidores da sala de aula:
apontamentos sobre o
potencial dos arquivos
institucionais e pessoais
para o estudo da história
das universidades**

*José Francisco Gueffi Campos**

**From the meanders of
administration to the backstage
of classroom: notes on the
potential of institutional and
personal archives for the study
of universities' history**

Resumo

Sem pretensão de interpretar as concepções, os debates e os movimentos de resistência que permearam a implantação, o estabelecimento ou a manutenção do ensino superior, procuramos jogar luz sobre o potencial dos arquivos institucionais e pessoais para o estudo da história das universidades.

Palavras-chave: Arquivos universitários; Arquivos pessoais; História das universidades.

Abstract

Far from interpreting the conceptions, debates and resistances within the establishment and maintenance of the higher education, this paper aims to shed light on the potential of institutional and personal archives to the study of universities' history.

Keywords: University archives; Personal archives; History of the universities.



* Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre (2014) e doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: jfgcampos@eci.ufmg.br.



De saída, uma advertência se faz necessária: escapa aos nossos objetivos a pretensão de engendrar qualquer proposta de interpretação a respeito das concepções, dos debates e das resistências que permearam a implantação, o estabelecimento ou a manutenção do ensino superior no Brasil. Nosso objetivo, aqui, não é outro senão o de jogar alguma luz sobre as possibilidades de estudo da história das universidades a partir de fontes intimamente relacionadas ao exercício de suas atividades finalísticas e aos indivíduos envolvidos nesse processo. Falaremos, portanto, de arquivos. Arquivos de universidades, arquivos de professores e pesquisadores. Estes são os objetos segundo os quais pretendemos orientar a nossa reflexão.

A universidade, como instituição, e o ensino de nível superior, nas suas mais variadas questões, têm figurado na agenda das pesquisas levadas a cabo nos programas de pós-graduação em Educação, História e Ciências Sociais, eivadas dos métodos e enfoques típicos de cada área do conhecimento. Também constituem, há muito, matéria de debate entre intelectuais e formadores de opinião. Não resta dúvida de que a legislação, bem como relatórios de comissões especiais e grupos de trabalho e até mesmo a imprensa têm sido fontes relevantes e já amplamente empregadas na investigação retrospectiva, oferecendo subsídios para a construção de cronologias e de discursos e interpretações a respeito das ideias que plasmaram a criação das universidades em diferentes períodos da história nacional, das sucessivas reformas do ensino e da organização das estruturas institucionais.

Contudo, respostas a estes e outros problemas podem ser articuladas com base em fontes talvez menos frequentadas: os documentos gerados pela própria rotina administrativa das universidades e também aqueles produzidos por professores e pesquisadores ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

Arquivos e História

As transformações da prática historiográfica, na esteira da Escola dos *Annales*, levaram o alargamento do espectro de fontes a dimensão quase infinita: “Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”¹ Determinaram também, para além do estabelecimento de novos métodos comparativos e de um novo tratamento para a noção de tempo, a emergência de uma erudição calcada na renovação da crítica dos testemunhos. No dizer de Le Goff, o documento não é inocente, nem decorre apenas das escolhas do historiador, “é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem deste passado como para dizer a ‘verdade’”²

1 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Ed. anotada por Étienne Bloch. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 79.

2 LE GOFF, Jaques. A nova história. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 167.

A noção de documento/monumento – que leva ao entendimento do testemunho como “uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem”³ – continua a inspirar os historiadores, empenhados, por dever de ofício, na desmistificação e desestruturação dos relatos do passado a partir do estudo das condições materiais e sociais que orientaram sua produção e sua persistência ao longo do tempo.

A arquivística, ao ocupar-se da teoria, da metodologia e da prática relativa aos arquivos,⁴ não deixa de refletir sobre sua natureza, suas funções e sobre a especificidade dos documentos que os compõem,⁵ todos eles veículos materiais de uma sorte de dados que, uma vez combinados, articulados e verificados (e nisso reside parte da crítica documental que deveria ser exercitada pelo historiador), permitem a produção da informação ou do conhecimento.

Historiadores e arquivistas se ocupam de documentos,⁶ mas não se deve perder de vista que o fazem por razões diversas e os compreendem de maneiras distintas. Se o interesse de uns recai sobre o conteúdo, aos outros cumpre entendê-los na chave da relação que estabelecem com as atividades das quais são subprodutos, tendo em vista a qualidade essencial dos arquivos, expressa com exemplar clareza pelo arquivista australiano Harold White: registrar “não só as realizações, mas também os processos pelas quais foram efetuadas”.⁷

- 3 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 538.
- 4 Segundo a terminologia arquivística, arquivo é o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.” Fundo é o termo utilizado para designar este conjunto de documentos quando, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras instituições. BELLOTTO, Heloisa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, p. 21 e 51.
- 5 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: princípios, objetos e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2001, p. 5.
- 6 Se os documentos, em seu sentido mais amplo, podem ser definidos como “todo registro de informação independentemente de seu suporte físico”, abarcando tudo o que pode transmitir o conhecimento humano, o documento arquivístico se caracteriza por ser aquele que “representa a materialização das atividades específicas desenvolvidas por uma instituição a qual, por sua vez, surge para cumprir uma função social igualmente específica.” Ver HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1991, p. 121 e MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: UC3M, 1996, p. 89. Convém, ainda, destacar a refinada crítica à noção de “informação arquivística” empreendida por Heloisa Bellotto: BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 329-344.
- 7 WHITE, Harold L. Apresentação da edição original. In: SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

No dizer de Luciana Duranti, os documentos são a materialização ou a corporificação dos fatos.⁸ Para Angelika Menne-Haritz, eles são os próprios fatos.⁹ Geoffrey Yeo, embora não fuja muito daquilo que as arquivistas italiana e alemã já haviam enunciado, define-os como representações persistentes de funções, incidentes, eventos e atividades.¹⁰ Os documentos – e, por extensão, os arquivos – não são produzidos por capricho, tampouco são coloridos pela fantasia ou pela imaginação de quem os redige, mas sim “produzidos pelas administrações e pelos indivíduos como resultado de sua vida cotidiana”¹¹ e dotados de estrutura formal e semântica própria (derivada dos ditames do Direito, do sistema jurídico, das rotinas administrativas e, no limite, das práticas que orientam o exercício profissional ou dos usos e costumes dos grupos sociais) que determina sua funcionalidade, define sua tipologia e lhes confere autenticidade.¹²

Os documentos também não são criados com a intenção de atender às expectativas da pesquisa histórica ou às demandas particulares daqueles que, por qualquer outra razão, venham a consultá-los no futuro.¹³ Esta é a base de um de seus principais atributos, a imparcialidade, conceito sofisticado e nem sempre bem compreendido pelos próprios arquivistas. No dizer de Hilary Jenkinson, “a única predição, de fato, relativa aos interesses de pesquisa aos quais os arquivos podem servir é que, com apenas alguma exceção, estes não coincidem com as razões que inspiraram quem os acumulou e preservou.”¹⁴ Em suma, o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem.¹⁵

Material inerte, os arquivos não falam por si sós, como se fossem dotados de vida própria, nem são capazes de promover determinada versão



- 8 DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.
- 9 MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 Sept. 1993*. Stockholm: Riksarkivet, 1994, p. 103-131.
- 10 YEO, Geoffrey. Concepts of Record (I): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.
- 11 CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 59.
- 12 Segundo Bellotto e Camargo (*op. cit.*, p. 26), um documento é considerado autêntico quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça a sua proveniência, o que nada tem a ver com a veracidade de seu conteúdo.
- 13 CARUCCI, Paola. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983, p.12.
- 14 JENKINSON, Hilary. *A manual of archival administration*. 2. ed. London: Percy Lund & Humphries, 1937, p. 12 (tradução nossa).
- 15 RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento entre la tradición y la renovación*. Madrid: Trea, 2002, p. 143.

dos fatos, como bem notou Ana Maria Camargo em ensaio desafiador.¹⁶ Mas, justamente por constituírem um espelho das rotinas administrativas e das atividades que motivaram a acumulação dos documentos que os compõem, são capazes de oferecer um testemunho *sui generis* a respeito da entidade que os produz, cuja força e densidade não se devem apenas à capacidade interpretativa de quem os lê, mas dependem da compreensão dos documentos na chave de sua organicidade.¹⁷

As universidades e seus arquivos

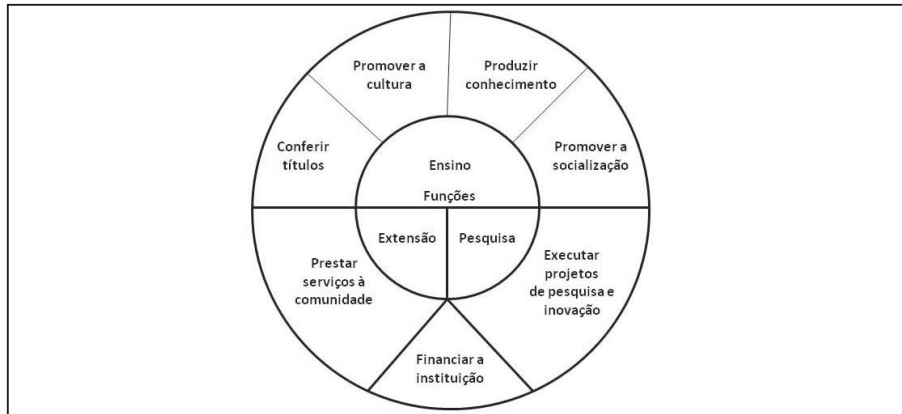
Como qualquer outra instituição, as universidades também produzem e recebem volume expressivo de documentos, cuja acumulação, progressiva e natural, vai dando forma aos seus arquivos. Fazem parte deste processo de acumulação as etapas que constituem o chamado ciclo vital dos documentos: produção, tramitação e uso, guarda cautelar, avaliação e destinação final.¹⁸ Ao longo desta trajetória, muitos documentos serão eliminados e tantos outros recolhidos aos chamados arquivos permanentes,¹⁹ onde poderão revestir função social mais ampla, assumindo a condição de *testemunhos* indiretos da vida dos indivíduos, das práticas administrativas e da trajetória dos grupos sociais, sem que com isso deixem de ostentar a condição instrumental e probatória que lhes é congênita, derivada da finalidade prática que presidiu sua produção, fator em que reside sua capacidade especular.

As universidades são organizações complexas, cujas atividades se baseiam, em linhas gerais, nas funções de ensino, pesquisa e extensão. Analisando o contexto universitário norte-americano, Helen Samuels observa que essas três funções podem muito bem descrever as instituições dos séculos XIX e XX, mas refletem de maneira insuficiente a multiplicidade

- 16 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 13.
- 17 “Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas.” BELLOTTO; CAMARGO, *op. cit.*, p. 65.
- 18 Sobre a teoria do ciclo vital, também chamada de teoria das três idades dos documentos de arquivo, ver BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Da administração à história: ciclo vital dos documentos e função arquivística. In: *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 23-34.
- 19 Seria ingênuo supor a possibilidade de se preservar todos os documentos produzidos e/ou recebidos por uma entidade, especialmente aquelas de feições mais complexas, como os órgãos da administração pública. Igualmente ingênuo seria imaginar que aquilo que se elimina se “perde da história”. Sobre as teorias e critérios da avaliação dos documentos de arquivo, vale examinar SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 179-229 e TRACE, Ciaran B. On or off the record? Notions of value in the archive. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, p. 47-68.

de atividades que caracterizam as universidades contemporâneas,²⁰ representadas no seguinte diagrama.

Figura 1 – Funções da universidade



Fonte: adaptado e traduzido de Samuels (*op. cit.*)

Cada uma destas funções pode se desdobrar em subfunções, das quais derivam dezenas de atividades cuja realização demanda o cumprimento de inúmeras tarefas segundo procedimentos determinados, cada qual dando origem a uma quantidade significativa de documentos,²¹ os quais podem subsidiar pesquisas sobre os mais variados temas e orientadas por múltiplos enfoques. Tomemos, à guisa de exemplo, apenas a função de ensino, executada no nível da graduação. O que os arquivos das universidades podem nos dizer sobre ela?

Os quadros a seguir, elaborados a partir das tabelas de temporalidade e destinação de documentos²² da Universidade de São Paulo (USP) e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), procuram ilustrar o potencial informativo dos arquivos universitários, mostrando, no primeiro caso, as atividades e as séries documentais delas derivadas e, no outro, os “assuntos” segundo os quais são classificados os documentos preservados em caráter permanente, respeitando-se a lógica de elaboração de cada instrumento de gestão documental.²³

- 20 SAMUELS, Helen Willa. *Varsity letters: documenting modern colleges and universities*. Lanham, London: Society of American Archivists, Scarecrow Press, 1998, p. 20.
- 21 Apenas na Universidade de São Paulo foram abertos, em 2017, 127.883 processos e protocolos, segundo nos informou, sob consulta, o Arquivo Geral da USP.
- 22 “Instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos.” BELLOTTO; CAMARGO, *op. cit.*, p. 78.
- 23 Não cabe, aqui, discutir os métodos de classificação documental. Entretanto, convém notar que, ao contrário do que ocorre nas bibliotecas, os documentos de arquivo devem ser preferencialmente classificados por funções e atividades e não por temas ou assuntos.

Quadro 1 – Documentos de guarda permanente relativos à função “ensino” (graduação) na USP

Estrutura e competência	Atividades	Documentos preservados em caráter permanente
Congregação (Deliberação sobre as atividades da unidade)	Propor ao Conselho de Graduação a estrutura curricular, os programas de disciplinas, a criação de cursos de graduação; deliberar sobre renovação contratual e demissão de docentes, equivalência de diplomas de graduação	Relatórios
Comissão de Graduação (Coordenação das atividades de Graduação no âmbito das Unidades)	Coordenar a análise do funcionamento dos cursos de graduação; aprovar programas de ensino; propor à Congregação a estrutura curricular bem como a criação, modificação ou extinção de cursos	Atas de reunião, instruções normativas, relatórios de avaliação, programas de ensino, pareceres, processos de estrutura curricular, processos de criação, modificação ou extinção de cursos, resoluções, processos de transferência, processos de reativação de matrícula, editais, instruções internas.
Comissão de Coordenação de Cursos (Apoio à Comissão de Graduação no que se refere a cursos)	Analisar propostas de ordenação hierarquizada das disciplinas; analisar a pertinência do conteúdo programático	Atas de reunião, propostas de estrutura de curricular, pareceres.
Assistência Técnica Acadêmica (Supervisão e coordenação das atividades de expediente de alunos nos cursos de Graduação)	Orientar a confecção dos catálogos de cursos de graduação; montar a estrutura curricular dos cursos de graduação; controlar a apresentação de trabalhos de conclusão de curso	Catálogos de graduação, processos de estrutura curricular, regulamentos, regimentos, trabalhos de graduação.
Serviço de Graduação (Assistência à Câmara de Graduação e à Câmara Curricular)	Planejar normas e instruir processos em questões curriculares, planejar o catálogo dos cursos de graduação, elaborar o calendário escolar	Despachos, relatórios, informações, currículos de curso, catálogos, calendários escolares, processos de registro de diploma.
Conselho Departamental (Supervisão do funcionamento do Departamento)	Propor anualmente a estrutura curricular das disciplinas de graduação, manifestar-se à Comissão de Graduação sobre o número de vagas e a estrutura curricular e quanto à criação, modificação e extinção de cursos	Programas de ensino, ementas de disciplinas, relatórios anuais de atividades, pareceres, atas de reunião, resoluções.



Continuação

Comissão Departamental de Graduação (Assistência, em nível departamental, à Comissão de Graduação e aos Conselhos Departamentais)	Propor a estrutura curricular e o quadro das disciplinas de graduação com todas as especificidades devidas, apresentar informações e análises sobre problemas curriculares	Curriculum-vitae dos cursos, quadros de disciplinas, estudos sobre problemas curriculares
Chefia Departamental (Ensino de graduação e de pós-graduação, execução de pesquisa e de atividades de extensão)	Ministrar por docentes autorizados o ensino de disciplinas	Estruturas curriculares, programas de ensino.

Fonte: adaptado da Tabela de Temporalidade dos Documentos da Universidade de São Paulo²⁴

Quadro 2 – “Assuntos” relativos ao ensino (graduação) cujos documentos resultantes são de guarda permanente nas IFES

Classe ou subclasse	“Assuntos” cujos documentos resultantes são de guarda permanente
Ensino Superior	Normatização, regulamentação
Concepção, organização e funcionamento dos cursos de graduação	Projeto pedagógico, criação de cursos, conversão de cursos, desativação de cursos, extinção de cursos
Planejamento e organização curricular	Estrutura do currículo (grade ou matriz curricular), reformulação curricular, disciplinas: programas didáticos, atividades complementares
Planejamento da atividade acadêmica	Calendário acadêmico, agenda acadêmica, guia do calouro, guia do estudante, manual do estudante, termo ou ata de colação de grau

Fonte: adaptado da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Arquivísticos das IFES²⁵

24 SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Tabela de temporalidade dos documentos da Universidade de São Paulo. São Paulo, outubro de 1997. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/02/tabela.pdf>>. Acesso: 17 jan. 2018.

25 SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinao.pdf>. Acesso: 17 jan. 2018.



Evidentemente, os quadros acima, por serem fruto de recorte muito específico, não dão conta de refletir a totalidade das atividades ligadas à função de ensino, que se manifesta, para além da graduação, na pós-graduação e na extensão universitária, atingindo diversas divisões da estrutura organizacional das instituições de ensino superior. Entretanto, permitem vislumbrar, mesmo que de maneira fragmentária, o potencial informativo dos arquivos das universidades, cujos documentos testemunham, pela óptica da instituição que os acumulou, as atividades das quais se originaram.

Para além da administração: arquivos de professores

Se os arquivos de natureza institucional, gerados por força das atividades administrativas, são capazes de documentar as atividades ligadas à função do ensino no que tange às estruturas curriculares, ao conteúdo programático das disciplinas, ao funcionamento dos cursos e ao planeamento da atividade acadêmica, não permitem, é bem verdade, compreender o ensino por um de seus vieses mais interessantes: o do fazer docente. Eivados das limitações impostas por sua natureza, os arquivos das instituições de ensino superior dão conta de testemunhar os resultados das atividades, as decisões tomadas, mas não a sucessão de estágios e operações que constituem o ato de ensinar e construir o conhecimento.

É nos arquivos pessoais, estranhos à administração das universidades e que, por isso mesmo, ainda não figuram de maneira ostensiva na pauta de suas políticas de preservação de acervos, que se encontram as fontes capazes de revelar, com mais ou menos lacunas, as atividades de docência e de pesquisa como processos em desenvolvimento, evidenciando os movimentos de aproximação e distanciamento entre uma e outra, as funções administrativas desempenhadas pelos docentes e os eventos que constituem suas trajetórias no interior do quadro funcional da universidade. Tais arquivos podem também comportar documentos relativos à identificação civil e funcional dos professores e ao seu percurso de formação em diferentes níveis, além de vestígios de relações sociais, familiares e afetivas, cuja ligação direta com o exercício profissional nem sempre pode ser facilmente estabelecida.²⁶

26 Gerald Geison demonstra como os documentos considerados de caráter essencialmente pessoal e privado podem subsidiar abordagens mais complexas de uma trajetória de vida e o estudo da gênese das descobertas científicas. Bertrand Müller, por seu turno, extraiu da correspondência entre Marc Bloch e Lucien Febvre um testemunho singular a respeito da história da revista dos *Annales*. Ver GEISON, Gerald. *A ciência particular de Louis Pasteur*. Rio de Janeiro: Contracapa, Fiocruz, 2002 e BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. *Correspondance. Tome I: La naissance des Annales, 1923-1933*. (Édition établie, présentée et annotée par Bertrand Müller) Paris: Fayard, 1994.



Esta percepção, no ensejo das comemorações do 80^o aniversário da Universidade de São Paulo em 2014, levou à condução de dois projetos de pesquisa – um deles desenvolvido em nível de mestrado²⁷ e outro dotado de caráter institucional, coordenado pelo Arquivo Geral da USP²⁸ – com o objetivo de mapear a existência de arquivos pessoais de professores (aposentados ou falecidos) e caracterizar as condições sob as quais se dava a sua preservação no ambiente institucional.²⁹

Embora o espaço não nos permita debater o conceito de arquivo pessoal – e nem seja este propriamente o nosso interesse, tendo em vista que já o fizemos em outras oportunidades – convém deixar claro que se trata do conjunto dos documentos acumulados por um indivíduo ao longo de sua vida, em razão do cumprimento de suas atividades rotineiras, dos eventos de que participou, dos papéis sociais que desempenhou e em função de suas relações familiares e sociais e de suas áreas de interesse. Partilhamos do entendimento de Ana Maria de Almeida Camargo quando (re)afirma que “arquivos pessoais são arquivos”.³⁰ Sob nenhuma circunstância este objeto se confunde com os conjuntos de documentos *sobre* os professores e pesquisadores acumulados pela administração universitária.

A preocupação de evidenciar o potencial de tais arquivos como fontes relevantes para o estudo da história, sob um ponto de vista diverso e como dispositivos significativos para a construção da memória institucional, levou à identificação sumária dos documentos que os compunham, distribuídos em categorias contextuais previamente estabelecidas (docência e pesquisa, gestão, formação, carreira e outros documentos), num exercício de classificação genérica das áreas de ação de seus titulares, dedicando

27 A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, entre fevereiro de 2012 e junho de 2014, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

28 Intitulado “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”, contou com financiamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e foi coordenado por Lílían Miranda Bezerra. O trabalho de campo, no âmbito deste projeto, foi realizado entre março e agosto de 2013 e compreendeu visitas a 26 unidades localizadas na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (*campus* do Butantã).

29 Um relato da condução destes projetos pode ser encontrado em CAMPOS, José Francisco Guelfi; BEZERRA, Lílían Miranda. Entre a sala de aula e o laboratório: os arquivos pessoais de professores e a memória da Universidade de São Paulo. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 223-244. Já para uma análise mais alentada e para o diagnóstico da realidade observada, ver CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014, 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

30 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.



especial atenção àquelas relacionadas com o trabalho que desenvolveram na universidade.

Tendo em vista as atribuições do cargo de professor do magistério superior, assumimos, para efeitos desta classificação, a articulação entre docência e pesquisa, considerando-as como funções desenvolvidas num mesmo plano, não propensas, portanto, à subordinação de uma à outra, e consideramos também os deveres funcionais previstos no estatuto dos servidores da USP para decompor cada área de ação em subcategorias contextuais indicativas das atividades que as constituem. A função “docência e pesquisa” foi, assim, desdobrada em 14 subcategorias, representativas das atividades implicadas em sua consecução.

Quadro 3 – Atividades que compõem a função “docência e pesquisa”

Área de ação	Atividades
Docência e pesquisa	<p>Propor e ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação</p> <p>Prestar assessoria a instituições de fomento à pesquisa, periódicos e comissões editoriais</p> <p>Propor a criação ou alteração de estrutura curricular de cursos de graduação e programas de pós-graduação</p> <p>Orientar pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação</p> <p>Participar como avaliador em bancas e concursos</p> <p>Proferir palestras ou ministrar cursos especiais em outras instituições</p> <p>Executar pesquisas</p> <p>Participar de congressos e reuniões científicas e/ou organizá-los</p> <p>Vincular-se a associações científicas ou entidades de representação de classe</p> <p>Relacionar-se com os pares</p> <p>Divulgar a ciência e resultados de pesquisa</p> <p>Prestar consultoria a órgãos públicos ou privados</p> <p>Receber homenagens, prêmios e distinções</p>

Fonte: adaptado de Campos, op.cit., p. 74.

O mapeamento, realizado por meio de trabalho de campo em 49 unidades da USP (faculdades, institutos, bibliotecas, museus e centros de memória) localizadas em oito cidades do Estado de São Paulo, resultou na identificação de 280 conjuntos documentais, entre fundos, parcelas de fundos e coleções, distribuídos em 37 unidades, perfazendo o total de 1.468 metros lineares de documentos, aos quais se somam ainda 37 pastas



e 87.584 unidades documentais.³¹ À época da pesquisa, 106 dos 280 acervos não estavam organizados; entre aqueles já organizados ou cujo processamento técnico se encontrava em andamento, 177 dispunham de pelo menos um tipo de instrumento de pesquisa (banco de dados, catálogo, guia, inventário ou listagem preliminar) que possibilitasse a recuperação dos documentos.³²

As fichas de identificação dos conjuntos documentais, preenchidas durante o trabalho de campo no âmbito dos dois projetos, encontram-se disponíveis no banco de dados *Docere*, mantido pelo Arquivo Geral da Universidade de São Paulo.³³ Nelas constam, para além da identificação do titular do acervo, a descrição sumária do conteúdo (atividades e espécies documentais), estágio de organização, instrumentos de pesquisa existentes, localização e condições de acesso. Apesar da informalidade que caracteriza a custódia de muitos destes acervos, 169 encontravam-se abertos ao público.

Os quadros abaixo procuram demonstrar a expressividade do conjunto dos acervos identificados, segundo as funções representadas nos arquivos de professores e as atividades específicas ligadas ao ensino e à pesquisa.

Quadro 4 – Conjuntos documentais segundo as áreas de ação

Área de ação	Quantidade de conjuntos documentais
Docência e pesquisa	278
Gestão institucional	67
Formação	84
Carreira	88

Fonte: Banco de dados *Docere*

31 Não foi possível adotar um padrão único de mensuração, tendo em vista a necessidade de reaproveitar os dados existentes para os acervos já organizados, quantificados originalmente pelo número de pastas ou de unidades documentais. Os conjuntos não organizados foram medidos em metros lineares, segundo o procedimento convencionado pela prática arquivística.

32 CAMPOS, *op. cit.* p. 145.

33 ARQUIVO GERAL DA USP. Projeto Memória Docente. Banco *Docere*. Disponível em: <<http://sites.usp.br/projetomemoria/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.



Quadro 5 – Conjuntos documentais segundo as atividades ligadas à função “docência e pesquisa”

Atividade	Quantidade de conjuntos documentais
Propor e ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação	249
Prestar assessoria a instituições de fomento à pesquisa, periódicos e comissões editoriais	40
Propor a criação ou alteração de estrutura curricular de cursos de graduação e programas de pós-graduação	32
Orientar pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação	73
Participar como avaliador em bancas e concursos	78
Proferir palestras ou ministrar cursos especiais em outras instituições	31
Executar pesquisas	256
Solicitar apoio para a pesquisa	35
Participar de congressos e reuniões científicas e/ou organizá-los	116
Vincular-se a associações científicas ou entidades de representação de classe	60
Relacionar-se com os pares	75
Divulgar a ciência e resultados de pesquisa	99
Prestar consultoria a órgãos públicos ou privados	30
Receber homenagens, prêmios e distinções	73

Fonte: Banco de dados *Docere*

A pouca divulgação, somada à falta de recursos e de reconhecimento institucional que já pode ter levado à descontinuação de parte das iniciativas de preservação documental identificadas durante a condução dos dois projetos de pesquisa, tem contribuído de forma sensível para o ofuscamento de um manancial rico – e ainda muito pouco explorado – de fontes para a pesquisa sobre temas ligados à trajetória da instituição e das pessoas que contribuíram para o seu funcionamento.

À guisa de conclusão

A história das universidades e os problemas do ensino superior podem ser considerados sob as mais variadas perspectivas. Os arquivos das instituições de ensino e de seus professores e pesquisadores constituem apenas uma parcela do vasto leque de fontes que permitem explorá-los e interpretá-los. Conjuntos orgânicos, constituídos por força do caráter necessário, instrumental e probatório de que se revestem os documentos que os compõem, os arquivos refletem a estrutura organizacional, as funções, as atividades e, às vezes, os aspectos mais íntimos da entidade que os acumulou.



Cabe aqui uma analogia àquilo que percebeu Jean-Norton Cru³⁴ ao debruçar-se sobre os testemunhos de combatentes de guerra: só os documentos institucionais e oficiais, aqueles produzidos pelas universidades – e também pelas instituições de tutela do ensino e da pesquisa (ministérios, secretarias, agências de fomento) – permitem conceber o conjunto, tratar do geral, sem o que não poderia haver história. Este geral, entretanto, é constituído por uma multidão de fatos particulares, e explorá-lo sem também olhar para seus agentes – professores, pesquisadores, alunos – resultaria em não muito mais que um quadro distorcido ou incompleto da realidade.

O fato de serem os documentos de arquivo imparciais com relação aos seus usos futuros não implica, de forma alguma, que as mensagens que transmitem explícita e implicitamente sejam isentas ou verdadeiras. É no exercício desta dupla compreensão que o historiador deve lastrear o seu ofício. Se lhe cabe, por um lado, compreender o documento em relação ao complexo das condições materiais e sociais em que ele se enquadra, de modo a operar mesmo no nível do subtexto, por outro, compete-lhe também entendê-lo em função de seu contexto originário, uma espécie de circuito fechado entre o documento e o imperativo que determina sua gênese. Neste ponto, não apenas a teoria arquivística como também a Diplomática têm muito a contribuir na mediação que se estabelece quando o historiador entra em contato com suas fontes.



34 CRU, Jean-Norton. *Témoins. Essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants édités en français de 1915 à 1928*. 2 ed. Nancy: Presses Universitaires, 1993.